

“
ENQUANTO
HOVER
RACISMO, NÃO
HAVERÁ
DEMOCRACIA!
POR UM SISTEMA
DE JUSTIÇA
ANTIRRACISTA!
”



JUSTIÇA E PANDEMIA

RELATÓRIO ANUAL DA
ARTICULAÇÃO JUSTIÇA
E DIREITOS HUMANOS
JUSDH

DESAFIOS 2020

2020 infelizmente demarcou com intensidade a necessidade de um modelo de Sistema de Justiça voltado primordialmente para a garantia de direitos. Tivemos um ano de acentuação das vulnerabilidades sociais brasileiras com a pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo. Ainda que o sistema de justiça tenha efetivado importantes ações e decisões neste ano, são necessários muitos e firmes passos para que a atuação do sistema de justiça seja orientada na defesa dos direitos humanos.

Neste ano, os diversos grupos da sociedade ampliaram o acompanhamento da agenda de reivindicação por um novo modelo de Sistema de Justiça, em especial o Judiciário, e que - diante de um governo autoritário e violador de direitos, o sistema de justiça tem um papel importante e pode atuar de modo a impedir ameaças à democracia.

Mesmo com tantas dificuldades com articulações não presenciais, a participação de cada organização e parceiro da Rede foi extremamente importante para construirmos um corpo intelectual sólido e diverso no subsídio de informações sobre o campo em que atuamos.

Juntos trouxemos apontamentos e questões muito valiosas para que continuemos a pensar estrategicamente em como aprimorar a reivindicação de igualdade, defesa e promoção dos direitos humanos no espaço da Justiça brasileira.

Reunimos neste boletim, um compilado de debates e atividades realizadas pela Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh) este ano que, de alguma forma, vão ao encontro da democratização do sistema de Justiça no ano de 2020.

Como a tarefa de democratizar o Sistema de Justiça não é tão simples, seguimos juntas e juntos em 2021.

ENFRENTAMENTO AO RACISMO



NOTA DE REPÚDIO À SENTENÇA PROFERIDA PELA JUÍZA DE DIREITO DO ESTADO DO PARANÁ, INÊS MARCHALEK ZARPELON

JusDh repudia sentença proferida pela juíza de direito do estado do Paraná, Inês Marchalek Zarpelon. A magistrada fundamentou a majoração da pena do sentenciado com a seguinte manifestação: “Sobre sua conduta social nada se sabe. Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça (...)”.

SAIBA MAIS

SOCIEDADE CIVIL PEDE PROVIDÊNCIAS PARA OS 34 JUÍZES QUE SE DECLARAM CONTRA CURSO SOBRE RACISMO PARA MAGISTRATURA EM PERNAMBUCO

Mais de 140 organizações, coletivos, movimentos sociais e associações enviaram em novembro, uma nota para o Grupo de trabalho pela Igualdade Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pedindo providências frente ao posicionamento dos 34 juízes dissidentes da Associação de Magistrados/as de Pernambuco (AMEPE), que repudiaram formação virtual de enfrentamento ao racismo na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). O documento denuncia que a prática dos juízes fere frontalmente preceitos constitucionais de combate ao racismo no país.

SAIBA MAIS

SOB PRESSÃO, CNJ TENTA TIRAR JUDICIÁRIO “DE CIMA DO MURO” NO COMBATE AO RACISMO

Em documento enviado para o Conselho Nacional de Justiça, a JusDh e a Terra de Direitos defendem uma série de medidas necessárias para promover a igualdade racial no Judiciário. Entre as medidas prioritárias estão a necessidade de diversidade do perfil do magistrado e reestruturação da atuação da justiça criminal que atualmente prende mais negros do que brancos.

SAIBA MAIS



PANDEMIA E O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA

LIVE | **Pandemia e despejos: O que a Justiça pode fazer pelas comunidades urbanas e rurais?**

Campanha:

Mediação: **Gisele Barbieri Terra de Direitos**

Participações: **Givânia Silva/ CONAO** **Alexandre Conceição/ MST** **Danilo Serejo/ Habi** **Benedito Barbosa / Centro Gaspar Garcia de DH**

Realização:

08 de julho
Quarta-feira
18h30

O papel da Justiça na garantia do auxílio emergencial

Sheyla Carvalho
Advogada de Direitos Humanos e da Coesão Negra por Direitos

Antônio Celestino
Advogado do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENASEC

Valéria Carneiro
Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Paraíba - Maranhá

André Carneiro
Defensor Público Federal - Defensor Regional de Direitos Humanos

Youtube.com/JusDh
Facebook.com/JusDhArticula

Pensando na intensificação das vulnerabilidades pela pandemia do coronavírus (covid-19) a JusDh inicia com esta Live a campanha Justiça pelos Direitos Humanos, espaço para refletirmos sobre outro Sistema de Justiça - uma Justiça pela defesa dos direitos humanos. Para dar o pontapé no debate público na defesa de uma justiça que tenha como fio condutor o direito à vida, à saúde e outros direitos essenciais, vamos dialogar sobre a luta contra os despejos e remoções de comunidades urbanas e rurais.

SAIBA MAIS

ADPF 709: O que está em jogo para indígenas do Baixo Tapajós?

ADPF 709: Qual importância da ação julgada pelo STF para indígenas do Baixo Tapajós?

Por: **Pedro Martins** e **Luana Kumaruara**

Diante da inefetividade do Governo na reavaliação dos pedidos negados do auxílio emergencial e a baixa presença das Defensorias Públicas nos estados, a JusDh discute a necessidade de um papel mais ativo da Justiça na garantia do benefício. Auxílio essencial para sobrevivência de populações vulneráveis foi negado para 40 milhões de brasileiros. Presente em poucas cidades, Defensorias Públicas tentam reverter situação

SAIBA MAIS

Convidamos o assessor jurídico da Terra de Direitos, Pedro Martins, e a liderança indígena Luana Kumaruara para destacar qual a importância da Ação para proteger os indígenas do Baixo Tapajós da pandemia. A Terra de Direitos - que integra a JusDh -, junto do CITA - Conselho Indígena Tapajós Arapiuns participam do julgamento, na condição de Amicus Curiae (amigos da corte).

SAIBA MAIS

Como sabemos até o momento, apenas o isolamento pode diminuir a disseminação da covid-19. No entanto, a medida tem colocado ainda mais em xeque um problema social mundial: violência doméstica contra mulheres. Convidamos a promotora legal popular da organização THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos - que integra a JusDh - Guaneci Avila para falar sobre a necessidade da Justiça brasileira agir ainda mais em favor da vida das mulheres nesse período de quarentena.



Como a Justiça pode proteger as mulheres de violências na quarentena?



SAIBA MAIS



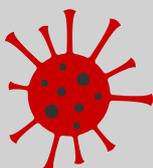
JUSDH REPUDIA DESPEJO DA COMUNIDADE TAQUARAL (SP) E VULNERABILIDADE À PANDEMIA PELAS FAMÍLIAS



A JusDh repudia fortemente o despejo sofrido pela Comunidade Taquaral, localizada em Piracicaba (SP), na manhã desta quinta-feira (07). Ignorando a já presente vulnerabilidade das 50 famílias que residem na área abandonada desde janeiro deste ano, e expondo ao risco à pandemia, à fome e completa desassistência, o Governo de João Dória e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) são responsáveis pela intensificação das vulnerabilidades e fortes riscos de mortes destas pessoas.



SAIBA MAIS



PODCAST FALA JUSTA - O DEBATE SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA



Neste programa falamos sobre o papel da justiça na garantia da não realização de remoções e despejos de comunidades urbanas e rurais, principalmente em tempos como o que vivemos agora, de pandemia covid-19.

SAIBA MAIS



Neste programa conversamos sobre a reivindicação da sociedade pelo fim da Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos e o papel do Supremo Tribunal Federal – STF, em garantir a suspensão dessa medida que impõe restrições a áreas essenciais no enfrentamento à pandemia, como a saúde e assistência social.

SAIBA MAIS



Neste programa trazemos reflexões sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no combate ao coronavírus. O que as decisões do STF demonstram sobre o seu lugar político na pandemia? Que outras ameaças cercam o Supremo neste contexto?

SAIBA MAIS



Neste programa vamos saber um pouco mais como a pandemia tem colocado em evidência a situação crítica dos presídios brasileiros e a atuação omissa do Sistema de Justiça perante essas vidas.

SAIBA MAIS

FORMAÇÃO NAS PAUTAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

WEBINÁRIO

Em 2020, a JusDh realizou seu primeiro Webinário interno para discussão da atuação política das cúpulas do Sistema de Justiça. Recebemos movimentos populares, sociedade civil organizada, coletivos de juristas, pesquisadores e estudantes na tentativa de mobilizar a participação e a incidência do campo popular na agenda.



FORMAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em 2020, a JusDh também organizou sua primeira formação sobre segurança da informação para as organizações integrantes da Rede. A formação conduzida pela Artigo 19 e Terra de Direitos trouxe a necessidade do debate de proteção das informações dentro das organizações de direitos humanos e nas redes e coletivos que integram.



CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DE MINISTROS PARA O STF

MODELO DE INDICAÇÃO DE MINISTROS AO STF É QUESTIONADO POR ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Questionado há anos pela JusDh, o processo de nomeação dos ministros ao Supremo Tribunal Federal (STF) volta ao debate com a indicação do desembargador Kassio Nunes Marques para ocupar a vaga de ministro na Suprema Corte.

SAIBA MAIS



SEM ABORDAR AS PERGUNTAS FEITAS PELA POPULAÇÃO, SABATINA DE KÁSSIO MARQUES PELO SENADO DESCONSIDERA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para a JusDh, a sabatina e aprovação pelo Senado de Kássio Marques, indicação de Jair Bolsonaro (sem partido) para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro foi protocolar. A Rede defende que procedimento de avaliação precisa garantir que indicados seguirão missão institucional do Supremo.

SAIBA MAIS

STF E A DIVERSIDADE RACIAL: O QUE PERDEMOS SEM UM (A) MINISTRO (A) NEGRO (A)?

Em 2020, no meio do novembro negro, ocorreu a posse de Kassio Nunes Marques como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Kassio Nunes é o primeiro nome escolhido por Bolsonaro para o STF. Ex-juiz do Tribunal Regional Federal, sua nomeação foi validada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Mais uma vez a composição do Supremo é completamente preenchida por pessoas brancas, indo em contramão a real diversidade racial brasileira. Em artigo para JusDh as advogadas da rede, Allyne Andrade e Sheyla de Carvalho comentam como a diversidade racial deve existir para ampliar horizonte interpretativo do pacto civilizatório na Constituição.

SAIBA MAIS

MOBILIZAÇÃO NAS REDES

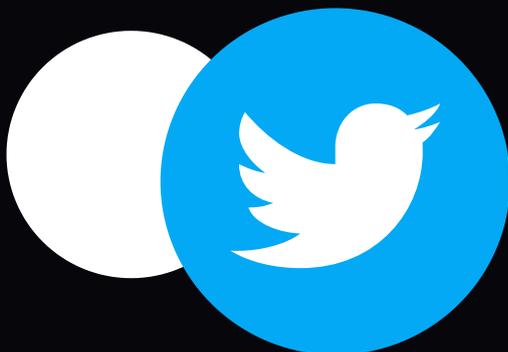
CARDS EMBLEMÁTICOS



ALCANCE DAS REDES



**3,5K DE SEGUIDORES,
ALCANCE DE MAIS DE
25K**



**601 SEGUIDORES,
ALCANCE DE MAIS DE
50K**

**QUE 2021 NOS UNA E NOS FORTALEÇA AINDA MAIS PARA OS
DESAFIOS QUE SE APROXIMAM!**